

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: NOMEAÇÕES E DESIGNAÇÕES HISTÓRICAS

Cláudia Felisbino Souza¹

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica sobre possíveis nomeações e concepções já utilizadas para designar o Transtorno do Espectro Autista (TEA). O TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento que apresenta como características essenciais prejuízos persistentes na interação e comunicação social recíproca, e padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses ou atividades. Comumente as características do TEA estão presentes desde o início da infância, mas podem não se tornar manifestos até que demandas sociais excedam as habilidades do indivíduo ou podem ser mascaradas por estratégias aprendidas ao longo do desenvolvimento. O uso do termo espectro surge para esclarecer que os prejuízos citados podem se apresentar de forma mais ou menos invasiva, dependendo da gravidade da condição autista, do nível de desenvolvimento e da idade cronológica (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

Dados do Centro de prevenção e controle de doenças dos Estados Unidos (CDA), estimam que 1 a cada 54 crianças tem TEA (CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION, 2020). Um estudo publicado pelo mesmo órgão em 2018, trazia o número de 1 a cada 59 crianças (CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION, 2018), estudos anteriores (PUBLIMED, 2012) apontavam para uma frequência menor, o que pode ser resultado do fato desse transtorno ter tido, nos últimos anos, critérios de diagnóstico mais definidos. Esta pesquisa, que é um recorte da dissertação da autora, tem como questionamento principal analisar quais as denominações e classificações o TEA tem recebido durante seu percurso histórico.

A proposta de realização dessa pesquisa partiu da leitura do texto "Políticas públicas e educação especial: uma análise sobre o autismo" (GUARESCHI; ALVES e NAUJORKS, 2016). Nesse estudo as autoras encontraram alterações nas formas como o TEA foi nomeado e abordado historicamente e concluíram que nas políticas públicas brasileiras havia dificuldade em nomear e definir o autismo, o que resultou em falta de consenso para definir as

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Endereço eletrônico: caufelis@hotmail.com.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFFS

PARCERIA



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



especificidades de sujeitos com TEA e ao consequente tangenciamento da discussão sobre o trabalho pedagógico desses alunos.

A presente pesquisa foi realizada por meio de uma busca documental, que teve como materialidade artigos, teses, dissertações, livros e edições do Manual Diagnóstico de Doenças Mentais (DSM) publicados pela Associação Americana de Psiquiatria (APA), e a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde (CID), publicados pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Foi o psiquiatra Eugen Bleuler o primeiro a descrever o termo autismo, em 1911, para designar um sintoma observado em pacientes com diagnóstico de esquizofrenia (SHEFFER, 2019). No entanto, somente em 1943, o termo foi descrito para designar uma entidade nosográfica pelo psiquiatra Leo Kanner. Em sua publicação, Kanner apresentou o que, segundo ele, ainda não havia sido descrito pela psiquiatria mundial – um transtorno que denominou de “Distúrbio autista do contato afetivo”, que mais tarde Kanner substituiria por “Autismo Infantil” (DONVAN; ZUCKER, 2017).

Um ano mais tarde, Hans Asperger publicou um estudo sobre um grupo de crianças classificadas por ele com o que denominou de “Psicopatia autista na infância”. O trabalho de Asperger permaneceu desconhecido pela comunidade científica por cerca de quatro décadas, quando Lorna Wing, em 1981, publicou uma pesquisa que trouxe à tona seus estudos, que mais tarde deram origem à entidade nosográfica conhecida Síndrome de Asperger (SHEFFER, 2019).

Durante os primeiros anos após o artigo publicado por Kanner, o autismo continuou desconhecido enquanto entidade nosográfica por psiquiatras. De acordo com Mas (2018), as duas primeiras edições do DSM, publicadas no ano de 1952 e 1968, traziam o termo autismo apenas como sintoma da “reação esquizofrênica tipo infantil” e da “esquizofrenia, do tipo infantil”, respectivamente. No primeiro documento o autismo era descrito como um tipo de reação psicótica que crianças apresentavam. Para Fernandes, Tomazelli e Girianelli (2020), a invisibilidade do autismo enquanto entidade nosográfica também estava presente na CID, que somente na sua sexta edição - CID-6, publicada em 1950, incluiu os transtornos mentais em seu conjunto de classificações. De acordo com as autoras, similar ao que o DSM publicou no período, a CID-6 classificou o autismo como uma categoria no grupo das “perturbações esquizofrênicas”.

Somente na nona edição do CID, proposta em 1975, a OMS propõe a categorização do autismo como entidade nosográfica (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1980). Nesse

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFFS

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ



UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



documento, o autismo aparece sob o termo “Psicose Infantil”, “Autismo infantil” e “Síndrome de Kanner”. Em 1979 a terceira edição do DSM é publicada. De acordo com Mas (2018), nesse documento o termo “Esquizofrenia infantil” desaparece sob a justificativa de ser rara e o autismo – entidade nosográfica, como é apresentado no CID-9, deixa de ser classificado como um sintoma da esquizofrenia. O DSM-3 categorizou o autismo como um subtipo dos Distúrbios Globais do Desenvolvimento. O documento deixa claro que, no passado, os termos Esquizofrenia infantil, Psicose Infantil, Psicose simbiótica, Desenvolvimento Atípico, entre outros, já haviam sido utilizados para descrever os Distúrbios Globais do Desenvolvimento (MAS, 2018).

Para Fernandes, Tomazelli e Girianelli (2020), a partir da década de 1980 o CID e o DSM continuaram apresentando semelhanças e diferenças em relação ao TEA. Em 1989 o CID 10 (efetivado a partir de 1993) acompanhou o DSM e categorizou o autismo como subclassificação dos “Transtornos Globais do Desenvolvimento” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1997). O CID 10 apresentou os “Transtornos Globais do Desenvolvimento” como um grupo de transtornos que compreendiam o Autismo infantil (equivalente a Psicose infantil, Síndrome de Kanner e Transtorno autístico), Autismo atípico, Síndrome de Rett, Outro transtorno desintegrativo da infância, Transtorno com hipercinesia associada a retardo mental e a movimentos estereotipados, Síndrome de Asperger (equivalente a Psicopatia autística e ao Transtorno esquizóide da infância), outros transtornos globais do desenvolvimento e os Transtornos globais não especificados do desenvolvimento (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1997).

Em 1994, o DSM-4 é publicado e assim como a sua edição anterior, apresenta o autismo como um Transtorno Invasivo do Desenvolvimento. No entanto, este documento apresenta mais quatro subgrupos desses transtornos: Transtorno de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância, Transtorno de Asperger e o Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra especificação. O DSM-4 sugere que, embora os termos psicose e esquizofrenia já tenham sido utilizados para categorizar as expressões citadas, os transtornos globais do desenvolvimento sejam considerados transtornos diferentes da esquizofrenia (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2002).

Moura, Sato e Mercadante (2005) apresentam outro fator que, segundo eles, pode interferir na compreensão do autismo enquanto entidade nosográfica por profissionais no Brasil: a tradução do termo inglês "Pervasive Development Disorder". O termo, que aparece tanto na

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFFS

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ



AMOSC

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



edição original (em inglês) do DSM-4 e do CID-10, no Brasil foi traduzido para a Língua portuguesa por duas editoras: a Artes médicas, que ao traduzir o DSM-5 e o CID-10 utilizou o termo “Transtornos Invasivos do Desenvolvimento” e a Editora da Universidade de São Paulo, que ao traduzir o CID-10 utilizou o termo “Transtornos Globais do Desenvolvimento”. Para os autores, essa divergência quanto a tradução do termo original é relevante e provoca dificuldades, pois pode gerar equívocos por parte dos profissionais, que não entendem o autismo como uma entidade nosográfica bem definida.

Em 2013, a 5ª edição do DSM apresentou o autismo como um transtorno do neurodesenvolvimento nomeado como Transtorno do Espectro Autista (TEA). O TEA engloba transtornos antes chamados de autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

Em 2019 a OMS publicou a décima primeira edição do CID (CID 11), que deve ser seguida pelos países membros a partir do ano de 2022 (WORD HEALTH ORGANIZATION, 2021). A CID-11 segue o DMS-5 e apresenta as entidades nosográficas anteriormente descritas sob a métrica do Autismo como Transtorno do Espectro Autista. No entanto, enquanto o DSM-5 sugere três níveis de classificação para o TEA de acordo com o nível de suporte que o indivíduo necessita, o CID 11 categoriza os Transtornos Globais do Desenvolvimento (exceto Síndrome de Rett) como Transtorno do Espectro Autista e sugere que os oito subgrupos nele contidos sejam classificados de acordo com o prejuízo na linguagem funcional e com a presença ou não de deficiência intelectual associada. Desta forma, para o CID-11, o TEA contém os seguintes subgrupos: 1) TEA sem deficiência intelectual e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional; 2) TEA com deficiência intelectual e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional; 3) TEA sem deficiência intelectual e com linguagem funcional prejudicada; 4) TEA com deficiência intelectual e com linguagem funcional prejudicada; 5) TEA sem deficiência intelectual e com ausência de linguagem funcional; 6) TEA com deficiência intelectual e com ausência de linguagem funcional; 7) Outro TEA especificado e, 8) TEA, não especificado (WORD HEALTH ORGANIZATION, 2021).

Neste estudo, fica claro que os termos utilizados para designar o TEA variaram desde a sua primeira descrição enquanto entidade nosográfica, feita por Leo Kanner, em 1943. Nos principais documentos orientadores de classificação e diagnóstico de saúde aceitos

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFFS

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ



AMOSC

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



internacionalmente, o TEA só foi reconhecido enquanto entidade nosográfica em 1979, antes desse período, era categorizado como um sintoma da esquizofrenia. A partir daí, foi classificado como um subgrupo dos transtornos globais (invasivos) do desenvolvimento, até que as publicações do DSM-5 e do CID-11 em 2013 e 2019, respectivamente, passaram a designá-lo como um transtorno que compreende as entidades nosográficas (com exceção da Síndrome de Rett) antes conhecidas como subgrupos dos transtornos globais do desenvolvimento. Assim, entre as nomeações já recebidas pelo TEA historicamente, podemos destacar: Distúrbio Autista (do contato afetivo), Autismo infantil (precoce), Psicose infantil, Síndrome (Autismo) de Kanner, Transtorno autístico (autista), Psicose simbiótica, Desenvolvimento Atípico, Autismo atípico, Síndrome (Transtorno) de Asperger, Psicopatia autística, Transtorno esquizóide da infância, Autismo de alto funcionamento, Autismo atípico.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Autismo; nomeações históricas.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFFS

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ



I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association. **DSM-IV-TR: Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (4ª Ed. Revista)**. Lisboa: Climepsi Editores, 2002.

American Psychiatric Association. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5 (5ª ed.)**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2014.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Prevalence of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years — Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2014**. April 27, 2018. Disponível em: <https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/67/ss/ss6706a1.htm?s_cid=ss6706a1_w>. Acesso em: 22/01/2021.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Prevalence of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years — Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2016**. March 27, 2020. Disponível em: <https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/69/ss/ss6904a1.htm?s_cid=ss6904a1_w>. Acesso em: 22/10/2020.

DONVAN, John; ZUCKER, Caren. **Outra sintonia: a história do autismo**. Tradução: Luiz A. de Araújo. 1ª edição. São Paulo, Companhia das Letras, 2017.

FERNANDES, Conceição Santos; TOMAZELLI, Jeane; GIRIANELLI, Vania Reis. Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorias nosológicas. **Psicologia USP**, 2020, volume 31. p 1-10.

GUARESCHI, Taís; ALVES, Marcia Doralina; NAUJORKS, Maria Inês. Autismo e políticas públicas de inclusão no Brasil. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, n. S1, p. 246-250, 2016. Disponível em: <<https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1471-3802.12286>>. Acesso em: 18/08/2020.

MAS, Natalie Andrade. **Transtorno do Espectro Autista: história da construção de um diagnóstico**. Dissertação (Pós graduação em Psicologia Clínica). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

MOURA, Paula J.; SATO, Fabio; MERCADANTE, Marcos T. “Bases Neurobiológicas do Autismo: Enfoque no domínio da sociabilidade”. In **Caderno de Pós Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**. 2005. p. 47-57.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação estatística internacional de doenças, lesões e causas de óbitos**. Baseada nas Recomendações da Nona Conferência de Revisão, 1975, e Adotada pela Vigésima Assembléia Mundial da Saúde. São Paulo: Universidade de São Paulo; vol.1. 1980.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFFS

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ



AMOSC

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde**. 10ª rev. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1997. vol.1.

PUBLIMED.GOV. **Prevalence of autism spectrum disorders -Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 14 sites, United States, 2008**. March 30, 2012. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22456193/>>. Acesso em: 22/02/2021.

SHEFFER, Edith. **Crianças de Asperger: as origens do autismo na Viena nazista**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2019.

WORD HEALTH ORGANIZATION. **International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems (ICD); 2021**. Disponível em: <<https://www.who.int/classifications/classification-of-diseases>>. Acesso em: 23/02/2021.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFFS

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

